

19

2 0 1 9

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SOUSA, Jorge Pais de (2011). *O fascismo catedrático de Salazar: das origens na I Guerra Mundial à intervenção militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*. 1ª. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Prefácio de Alberto de Bernardi, 561 pp., ISBN: 978-989-26-0020-8¹.

Esta obra surge como resultado de uma investigação, na qual são revisitadas as transformações políticas que se registaram ao longo de um quarto de século da história contemporânea portuguesa, contextualizada na conjuntura internacional da época. No essencial, este livro de Jorge Pais de Sousa, decorre da adaptação da sua Tese de Doutoramento de quase 1000 páginas, defendida em provas públicas, a 20 de abril de 2009, *GUERRA E NACIONALISMO. Na I República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*, Coimbra, FLUC, 2009. Proceda a uma desconstrução analítica, histórica e conceptual da arqueologia do Estado Novo, analisando a dimensão da política externa e relacionando-a com os acontecimentos na “frente interna”, pretendendo mostrar que “o fascismo catedrático entendido como conceito político geral, é a categoria mais adequada para qualificar a ditadura académico-castrense de tipo soberano instaurada por Salazar em Portugal, através da Constituição que vigorou entre 1933 e 1974” (p. 467).

Segundo Alberto de Bernardi, especialista internacional em fascismo e antifascismo, trata-se de “um esforço louvável... que merece ser assinalado como um contributo significativo para o debate sobre fascismos europeus” (p.17). Acrescenta novos desenvolvimentos a esta questão, que aditam inovação a um tema que, nas palavras do prefaciador, “estava há muito *estagnado* e que agora conhece um novo desenvolvimento à luz de uma diferente perspetiva” (p.22). Defende um argumento - mostrar que a noção de fascismo de cátedra, entendida como categoria usada para qualificar politicamente o Estado Novo de Salazar, e utilizada para este efeito pela primeira vez por Miguel de Unamuno - é suscetível de ser fundamentada historicamente e, mesmo sendo objeto de refutação, alimenta o debate historiográfico e politológico em torno da natureza ideológica do Estado Novo e do Salazarismo.

É um trabalho científico original na área das Ciências Sociais e Humanas, que apresenta uma reflexão aprofundada sobre um tema sensível. Trata-

¹ Este texto é dedicado à memória de Jorge Pais de Sousa, falecido recentemente, e que foi um exemplo de rigor e verdadeiro espírito científico na investigação.

se, segundo o Autor, de “uma interpretação não canónica, e, neste sentido, heterodoxa, no que respeita à génese histórica e aos fundamentos políticos e ideológicos do Salazarismo e do Estado-Novo”. Este estudo encerra um ciclo de investigação que teve início com a publicação do livro *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso*, que foi dissertação de Mestrado deste investigador, apresentada à Faculdade de Letras da UC e defendida no ano de 1998.

Esta recensão é baseada na leitura da obra, mas também em leituras de outras publicações de JPS, pois quase todas “gravitam” em torno desta. Também foram relevantes as entrevistas concedidas à Comunicação Social pelo Autor, na sequência da Apresentação Pública, no dia 9 de maio de 2012, no foyer do Teatro Académico Gil Vicente, em Coimbra. Salientamos ainda uma entrevista que entendemos realizar a JPS, com vista a um aprofundamento de questões que foram surgindo perante a leitura da obra e ao esclarecimento de fatores que influenciaram a perspetiva do Autor.

O tratamento da questão de fundo estrutura-se em 5 Capítulos, apresentados de forma detalhada no Sumário (pp. 9 a 11), complementados pela Introdução, onde é feita uma descrição circunstanciada do conteúdo de todas as secções do livro, incluindo uma antecipação do principal argumento que vai defender. Adianta, ainda, algumas das conclusões que vão ser obtidas. Termina com um ensaio conclusivo, que sintetiza os argumentos da sua tese, e abre novos horizontes a futuras investigações, nomeadamente no que respeita à figura incontornável de Afonso Costa, objeto de estudo do Pós-Doutoramento do Autor, interrompido pela sua morte precoce. Este “Ensaio conclusivo” deu, aliás, origem a uma comunicação/artigo do Autor, publicada na revista científica *Storicamente*, da Universidade de Bolonha.

JPS parte do pressuposto base de que a I Guerra Mundial foi a primeira guerra total que a humanidade conheceu, no sentido em que mobilizou toda a sociedade dos países beligerantes que nela estiveram envolvidos. Este pressuposto leva-o a analisar o desenvolvimento do fenómeno em termos institucionais e políticos na “frente externa”, mas depois, recua no tempo para analisar a guerra ideológica travada na “frente interna” portuguesa.

No primeiro capítulo: “A I Guerra Mundial e o isolamento político da republicana frente externa impõem a defesa das colónias africanas, perante os interesses dos imperialismos coroados (1914)” (pp. 23 – 58), é examinado o contexto histórico em que os governos da República Portuguesa enviaram, no Verão de 1914, as primeiras tropas expedicionárias para defender as fronteiras das colónias de Angola e Moçambique dos ataques das tropas alemãs, sendo focados: o primeiro conflito militar moderno na idade científico-técnica; a guerra como a continuação da política por outros meios; a transformação na

perceção da realidade política: a psicologia das multidões, a guerra psicológica e a propaganda; a política externa portuguesa até à I Guerra Mundial; a Espanha como ameaça externa à segurança da República e, finalmente, a ação do diplomata Sidónio Pais em Berlim.

Convém a este propósito recordar que a conjuntura política europeia no início do séc. XX era fortemente marcada por tensões de carácter nacionalista, o que confere a este livro contornos de grande atualidade se compararmos com os tempos que vivemos hoje. “A 18 de Junho de 1914...” (p.23), o assassinato do arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do imperador da Áustria, em Sarajevo, determinou que um mês depois, a 28 de Julho, o império austro-húngaro tenha declarado guerra à Sérvia. O conflito balcânico foi o rastilho para uma guerra de dimensões inauditas, tanto no tempo como no espaço, “... a espiral e a vertigem da guerra desenrolaram-se num ápice de uma semana”. Factos do passado que continuam a influenciar o presente e devem fazer -nos refletir sobre o futuro.

O segundo capítulo: “A frente interna, o intervencionismo democrático na Flandres e a contramobilização sidonista (1915-1918)” (pp. 59-203), aborda as temáticas da guerra e do nacionalismo sob o ponto de vista da história cultural e intelectual, a que mais interessa ao Autor, mas também da história institucional e da história das ideias políticas. Analisa e identifica, no quadro da I Guerra Mundial, “os contornos que em Portugal assumiu, na “frente interna”, a guerra de carácter político-ideológico travada por catedráticos, militares, jornalistas e artistas”.

O terceiro capítulo: “A nova ordem internacional, a participação de Portugal na Conferência da Paz e na criação da Sociedades das Nações. Construção republicana da memória da Grande Guerra, face à instabilidade Governamental e à tentação golpista do exército (1919-1926)” (pp. 204-227) - versa as transformações externas que se seguiram à I Guerra Mundial, com a criação de uma nova ordem internacional, que se traduziu na criação da Sociedade das Nações, tendo Afonso Costa acabado por ser um dos seus fundadores. Por outro lado, analisa a conjuntura interna que se lhe seguiu com a criação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, do culto cívico do Soldado Desconhecido e da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, tal como, aliás, aconteceu em muitos dos antigos países beligerantes, onde a memória da guerra foi cultivada e potenciada politicamente. Disserta ainda sobre a tentativa de golpe de estado e o julgamento dos militares envolvidos no chamado “Golpe dos Generais” a 18 de abril de 1925.

Se os primeiros três capítulos constituem, como é reconhecido pelo Autor, uma análise sobre “as consequências políticas da participação de

Portugal na I Guerra Mundial visando mostrar como ela constituiu e originou, do ponto de vista da história das instituições e das ideias políticas, um momento de rutura e de transformação no seio da economia e da sociedade portuguesas da segunda década do séc. XX” (p. 229), o quarto capítulo: “A ontogénese do fascismo catedrático. A República nova e a “Fronça” ideológica travada pelos intelectuais modernistas e nacionalistas” (pp.229-305), recua cronologicamente e fala-nos, primeiro, da literatura de Memórias de Guerra que tem o seu expoente em Jaime Cortesão, mas é essencialmente dedicado à dimensão da guerra ideológica travada na frente interna pelos intelectuais *vanguardistas*, ligados à revista “Orpheu”, como foi o caso de Fernando Pessoa, Almada Negreiros e António Ferro. Foca a atenção no significado da afirmação futurista com a publicação da revista “*Portugal Futurista*”, exemplo do resultado da mobilização política e ideológica nacionalista da primeira geração de modernistas em vésperas do golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais, Militar, Professor Catedrático e Político, em 5 de dezembro de 1917. Por último, o seu olhar vai incidir no círculo restrito e seletivo da Universidade de Coimbra no sentido de perceber “o tipo de problemática intelectual versada pelo Padre Manuel Gonçalves Cerejeira e por António Oliveira Salazar que lhes permitiu aceder à cátedra e exercerem o seu magistério universitário”. Assuntos estes tratados nos subtemas: “O pensamento económico e financeiro de Salazar, enquanto catedrático especialista em economia de guerra; A influência política das “lições” de Salazar nos seus alunos civis e militares”.

O 5.º capítulo, a que o Autor deu como título “A afirmação do fascismo catedrático de Salazar, durante a ditadura militar e na construção do estado novo. A mobilização ideológica e a intervenção na guerra civil de Espanha (1926-1939)” (pp. 305-450) trata do contexto histórico em que Salazar soube projetar-se e criar os seus apoios políticos em plena Ditadura Militar. O protagonismo dos militares na vida política portuguesa decorrerá da sua afirmação durante a I Guerra Mundial. A solução política salazarista passou pela Constituição corporativista de 1933, a primeira que houve no mundo enquanto tal e que vai modelar o denominado “Estado Novo” com todo um novo conjunto de instituições de enquadramento ideológico e de repressão como a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa, a PVDE, etc., que se afirmaram ainda mais com o estalar da Guerra Civil de Espanha em 18 de Julho de 1936, conflito no qual Portugal só esteve dissimuladamente envolvido, através de organizações para-militares, como a Legião. “Salazar temia que o triunfo coligado da esquerda republicana, socialista, comunista e anarquista, pusesse em causa a estabilidade do Estado Novo” (p. 393). JPS

acrescenta ainda várias outras razões de carácter interno ao longo de várias páginas.

Curiosamente, só neste 5.º e último capítulo entramos no tema: “O reconhecimento doutrinário e institucional da “Ditadura de Doutores””, reforçando o que pensamos sobre ser este, essencialmente, um livro sobre Afonso Costa, a I Guerra Mundial, a intervenção portuguesa e as suas consequências. É que, apesar de existirem alusões anteriores, no que respeita ao magistério universitário de Salazar, só na página 413, “a constituição de um movimento ditatorial de natureza dupla, académica e castrense, de sentido político único e antidemocrático” é abordado diretamente.

JPS considerou ainda a importância de introduzir imagens produzidas nesta época, pois facilmente enquadram o conhecimento da ambiência que a caracteriza, constituindo-se como parte da argumentação.

Concluindo, o livro de JPS é um livro fascinante, um olhar transversal à História Contemporânea de Portugal, de leitura muito acessível apesar da complexidade dos estudos que lhe subjazem e do que acresce em termos científicos ao controverso tema que aborda. É extraordinariamente original e inovador, tanto na abordagem, ao defender uma nova categoria politológica, como na própria informação, grande parte inédita. “O Estado Novo tem de ser encarado em todas as perspectivas possíveis, pensando, objectivamente, mais nos problemas que devem ser equacionados do que nas soluções explicativas fáceis.” “Se não for assim, deixar-nos-emos seduzir, de uma forma directa ou indirecta, pelo Salazarismo, sobretudo num tempo de crise da política, por que o mundo passa, e passa a política portuguesa do século XX. (JPS, em entrevista à Lusa, 9 maio de 2012)

Muitos parabéns Jorge, e até sempre.
“O homem morre mas a obra permanece”

OLINDA MARTINHO RIO
Investigadora em Estudos Europeus
FLUC / CHSC - UC
ommrio@hotmail.com